

19/4/2000
50

A questão indígena, 500 anos depois



Newton Rodrigues

Emboira isso possa surpreender e até desagradar a certas pessoas, as festividades comemorativas da chegada de Cabral à Bahia, em 22 de abril de 1500, só falsamente podem ser referidas como descobrimento do Brasil. O “achamento”, como foi chamado na época, nem sequer foi pioneiro. Ainda em 1499, Alonso de Hojeda, navegante espanhol, chegou às nossas costas e, em março do ano seguinte, Vicente Yanez Pinzón as percorreu, localizando e batizando de Mar Dulce o que chamamos de Amazonas. Nem por isso a viagem de Cabral com destino às Índias deixaria de ser importante, nem devida ao acaso. Se os nautas espanhóis não tomaram posse dos territórios que viram, isso se deve, simplesmente, a que, pelo meridiano acordado no Tratado de Tordesilhas, elas seriam por direito de Portugal.

De qualquer modo, assim como a ultrapassagem do Cabo da Boa Esperança e o estabelecimento do caminho das Índias, o feito cabralino que os desdobrou merece ser comemorado, pelos lusitanos e por seus descendentes deste lado do Atlântico, como expansão da órbita européia a partir do primeiro grande esforço de globalização que foi a conquista de terras africanas, brasileiras e asiáticas. É inaceitável, porém, o espírito neocolonialista incorporado ao cerimonial em curso, que chegou ao cúmulo de

querer incluir como feriado nacional o dia da primeira missa, apesar do caráter laico do Estado brasileiro desde a

Proclamação da República. O espírito colonialista manifestou-se no roteiro geral e excedeu-se desastrosamente na repressão às manifestações indígenas, chegando ao cúmulo de fazer destruir pela polícia baiana o monumento de protesto que estava sendo construído na reserva dos pataxós, em homenagem aos índios mortos desde 1500.

Tal abuso, exatamente em um estado que tem um dos maiores índices de miscigenação afro e indígena, soa como mais um brado da intolerância que se manteve durante cinco séculos e está longe de ser extinta, apesar de alguns atos, relativamente recentes, iniciados com o Serviço de Proteção aos Índios e a tardia demarcação de reservas onde pudessem viver em segurança. O ministro Rafael Greca, de cuja atuação decorreu a invasão do território pataxó e a destruição do monumento, pelo visto entende mais de bingos que de direitos humanos, dificilmente reconhecidos, e não consolidados. O mesmo se deve dizer do governador da Bahia, César Borges, responsável efetivo pela ação policial e pelo bloqueio das estradas que levam a Porto Seguro, com a finalidade de evitar manifestações organizadas de entidades e pessoas críticas aos desdobra-

mentos da descoberta. Querem que os descendentes dos silvícolas dos tempos da conquista saíam a dominação é quase o mesmo que exigir dos condenados à forca que beijem a corda em que serão pendurados. Exigir que os índios se solidarizem com o quingentésimo ano do “achamento” é desprezar dados fundamentais da nossa história.

Na verdade, a conquista das terras brasileiras pelos portugueses — assim como as feitas pelos espanhóis em outras terras americanas — é a história de um genocídio que extinguiu populações inteiras e cujos sacrifícios estão longe de cessar. Todos conhecem como grassa nos guaranis a melancolia da desilusão que os está condenando a altas taxas de suicídio. A extinção violenta vem de longe e não se extinguiu. Aquela recepção amistosa com que os nativos brindaram os expedicionários, registrada por Caminha e ilustrada por Vitor Meirelles, não impediu que carregassem amostras humanas. E as linhas de Montaigne sobre o “le bon sauvage” atravessaram o tempo como estranho conceito de um pensador de talento.

A conquista do Brasil é a história de um genocídio que extinguiu populações inteiras

Mal principia a colonização, após a criação das capitâncias hereditárias (1534), a falta de mão-de-obra levou irresistivelmente à sua busca forçada, vale dizer à escravização do aborígene. As descidas, intensificadas nos governos gerais, não tiveram freio. O sacrifício do bispo Sardinha, pelos caetés, originou duras ex-

pedições punitivas escravocratas, do que adveio o despovoamento da terra. Como escreveu Anchieta, na segunda metade do século 16: “A gente que de 20 anos a esta parte é gastada nesta Bahia, parece coisa, que se não pode crer; porque nunca ninguém cuidou que tanta gente se gastasse nunca, quanto mais em tão pouco tempo”. E acrescentou que nos aldeamentos dos padres se juntavam 40 mil dos sertões tinham sido descidos 20 mil nos últimos dois anos e mais 80 mil em outros descimentos. Com os colonos buscando mesmo índios aldeados pelos padres, e sem nenhuma responsabilidade na morte do sacerdote, quando suspensa a ordem de punição ela ficou inócua, como séculos mais tarde a proibição do tráfico africano, feito “para inglês ver”.

Aos índios colaboracionistas induziu-se a venda de outros, o que jamais poderia ter existido em seu regime natural. E, assim, a descida de levas e mais levas foi a constante de vasto período que abrangeu todo o País. Não há bandeirante famoso que não tenha sido predador de silvícolas, inclusive e às vezes preferencialmente quando aldeados, como se deu nos rudes ataques às missões jesuítas em Guairá, Itatins e Tapes, áreas onde os inacianos ajudaram a resistência, mas com pouco êxito. Mesmo as grandes reações, como a da Confederação dos Tamoios, no Rio e em São Paulo na qual se destaca Cunhambebe, e a Guerra dos Cariris, no Nordeste, apelidada pe-

los conquistadores de “Guerra dos Bárbaros”, ou, ainda, a Guerra Guaranítica, no Rio Grande do Sul, sofreram violências para impedir aos índios condições de sobrevivência segura.

Assim têm rolado o tempo e a história e só muito recentemente a solidariedade aos índios e a sua conscientização abre alguma perspectiva de melhora, obstaculada pela incompreensão de vários e pela coibição de muitos.

As tribos atuais, nas zonas mais fortemente colonizadas, alteraram, em alguns casos, a composição genética, sendo comum a presença de cafuzos — mestiços de negros e índios — incorporados aos grupos, e socialmente com eles identificados. A criação de reservas foi um avanço protecionista, entretanto comprovadamente insuficiente.

Há em tramitação no Congresso o projeto de novo Estatuto do Índio, que, entre outras medidas, suspenderia a tutela federal sobre quase todas as tribos e permitirá a regulamentação da exploração mineral nas reservas. A idéia que altera o atual “status” é boa, mas não há motivos para se votar a toque de caixa o projeto, que precisa ser debatido minuciosamente com os próprios índios e outras entidades. Depois de cinco séculos de abandono e repressão, nada justificaria uma decisão apressada, com vistas a efeitos publicitários no Dia do Índio, como o governo estaria tentado a fazer. ■

Em nome das comemorações, destruiu-se o monumento de protesto dos pataxós